



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42046 - MG (2021/0217704-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
RECLAMANTE : RODOLFO PIRES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - PR048250
DIOGO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - MG199857
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA 1A VARA CIVIL DE PASSOS - MG
INTERES. : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA
ADVOGADOS : EULER DE MOURA SOARES FILHO - MG045429
RITA ALCYONE PINTO SOARES - MG056783
ANDRE LUIZ LIMA SOARES - MG101332
WANDERLEI JOSE RIBEIRO - MG118418
JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - MG123907
THIAGO GUIMARÃES LEVINDO COELHO - MG125298

DECISÃO

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar ajuizada por RODOLFO PIRES DE OLIVEIRA contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Civil de Passos (MG), que julgou extinto o processo sem julgamento de mérito.

O reclamante alega que, mesmo após decisão desta Corte em recurso especial, que determinou o retorno dos autos para prosseguimento do feito, o juízo de primeiro grau, em nova decisão, extinguiu o processo sem resolução do mérito, "por ausência do interesse de agir" (fl. 4).

Requer o deferimento da medida liminar para "que seja ordenada a suspensão do processo ou do ato impugnado para evitar dano irreparável" (fl. 6).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão da tutela de urgência deve ser fundada na existência concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, devendo haver um nexo de subordinação da medida liminar à fumaça do bom direito e à comprovação efetiva do risco danoso caso não seja deferida a cautela.

Na espécie, o reclamante não demonstrou a iminência de nenhum ato expropriatório ou do perecimento do direito, em evidente ausência do *periculum in mora*, não se justificando a concessão da liminar requerida.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de avaliação ulterior pelo relator.

Solicite-se ao Juízo reclamado que, no prazo de 10 dias, preste informações (inciso I do art. 989 do CPC e inciso I do art. 188 do RISTJ).

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente